

Raimundo Fábio Alves Ferreira Chaves

***CORPOREIDADE DE AVENTURA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM BELO
HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA***

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2021

Raimundo Fábio Alves Ferreira Chaves

***CORPOREIDADE DE AVENTURA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM BELO
HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA***

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Educação Física.

Orientador(a): Prof(a) Dr(a). Maria Cristina Rosa

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2021

“O corpo transcendente ao espaço físico limitado pela minha epiderme. Ele se estende até onde os sentidos por ele elaborados alcançam [...]. Meu corpo é capaz de captar a música e trazê-la até a mim, assim como é capaz do processo inverso, ou seja, de levá-la até outros corpos” (NUNES FILHO, apud SILVA, 2012, p. 90).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero AGRADECER A DEUS POR SUA MAGNÍFICA PRESENÇA em minha vida, e por cada vitória e conquista, por minha Família, Professores, Amigos e Colegas. Agradecer significa “A GRAÇA DESCER”, quando Agradecemos temos a abundância da Graça e do Amor de Deus em nossas vidas.

Registro um agradecimento especial aos meus pais, João Lucas que fisicamente não se encontra entre nós, mas está guardado no meu coração, a minha mãe Aparecida Alves, que eu amo muito, de todo coração acima de qualquer coisa neste mundo, a minha vovó Elza Alves, em sua sabedoria de conselhos, a minha Irmã Flávia Alves, aos meus tios, tias, primos e primas, em especial ao Theo, Enzzo, Anthonie, Kamila, Vitoria, Judith, Vitor e Miguel, que pequeninhos daquele jeito, são uns anjinhos de Deus em nossas vidas, trazendo luz, alegria e amor aos nossos dias.

No percurso acadêmico, algo fundamental é que devemos ter é a humildade, pois quem acredita que já sabe tudo, retira de si mesmo a capacidade de aprender. Já dizia Isaac Newton, *“se hoje eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes”*. Neste sentido registro o meu distinto agradecimento a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, gigante intergaláctica, que já registrou o seu nome no céu junto às estrelas do universo, a EEEFTO/UFMG e a FaE/UFMG.

Outrossim, registro um agradecimento muito especial a Profa. Dra. Maria Cristina Rosa, que aceitou este enorme desafio de me orientar por este fascinante campo dos Esportes de Aventura, em uma escalada rumo ao conhecimento, em cada passo compartilhando do seu conhecimento acadêmico das suas experiências e vivências, algo sem o qual não seria possível concluir esta jornada, merci!!!!

Assim como quero agradecer ao Prof. Jurandy Guimarães, ao T Cel. João Carlos Dias, Cel. Luiz Caçadini, Ten. Henrique Araújo, pelos conselhos e por compartilhar da sua experiência e conhecimento da área, MONTANHA, BRASIL!!!! TKS!!!!

Igualmente, registro o meu agradecimento especial aos meus colegas de faculdade (Sabta Barros, Camila Fidelix, Indiamara, Wesley Dias, Theo, Clara Carvalho, Aloizio, Gabriela, ...) e da turma “Vírus da Disney” Tomaz, Pedro Pacheco, Bruno Picone, Samir, Vinicius Fitipaldi,

Daniel Xavier, Lucas, Adriana, Brenner, Camila Emanuelle, Gabriel Balsamo, Larissa, Larissinha, Camila Peixinho, Túlio, Tito, Davi, Pedro Oliveira, Daniel Motta, Daniel Dias, ..., não poderia ter um nome melhor em sua definição, pois é e sempre será a melhor turma da EEEFTO / UFMG, contagiante em alegria e amor, que magicamente encanta e fascina a universidade e quiçá o universo. E não poderia me esquecer do grande amigo Marlon Teodoro, “bizurado” na orientação das trilhas da vida.

Assim como não poderia jamais deixar de agradecer a todos(as) os professores(as) (Tarcísio Mauro – Tata (que ministrou a minha primeira aula no curso), José Alfredo, Mauro Heleno, Bruno Pena, Marcio Vieira, Danusa Dias, Guilherme Lage, Gustavo Côrtes, Marcos Drumond – Zang, Reginaldo Gonçalves, Christianne Luce, Herbert Ugrinowitsch (tive que copiar o nome no site, rsrs), Ricardo Carneiro, Samuel Wanner, Hélder Isayama, Ana Cláudia, Admir Soares, Meily Linhares, Pablo Greco, Elisângela Chaves, Ivana Montandon, Katia Lemos, Leszek Szmuchrowski, Eduardo Pimenta, Marco Túlio, Meily Linhales, Rodolfo Benda, Silvia Araujo, Dawit Pinheiro, Rodrigo Diniz, Andressa Mello, Fernando Vitor, Gustavo Peixoto, Isabel Coimbra, Franco Noce, Jose Ângelo, Maicon Albuquerque, Luciano Sales, Juan Carlos, Silvia Araujo, Varley Teoldo, Silvio Ricardo, Gibson Moreira, Luciano Pereira, Marcio Vianna e Cleber Dias.

Agradecer a todos(as) Técnicos Administrativos em Educação, Raiza Alois, Alana Freitas, Ana Spíndola, Pedro Humberto, a Lu, Iris da Silva, Silvia Cristina (que está de prova no setor de enfermagem que eu literalmente “já dei o sangue” no curso, rsrs), Vanessa Meira (...).

Merci beaucoup !!!!

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo verificar a existência em locais onde são realizados/praticados esportes de aventura, na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, da possibilidade de realização dos esportes de aventura oferecidos pelas Pessoas com Deficiência (PcDs) e propor avanços a partir do indicativos pontos de aprimoramento da acessibilidade, de novas possibilidade e olhares com relação a pratica dos esportes de aventura pelas PcDs. Para tanto, foram pesquisados 07 (sete) locais, sendo 06 (seis) através de visitas *in loco* e 01 (um) por meio remoto. Esses locais incluíram academia de escalada indoor, academias de mergulho, parques municipais e estaduais e parques temáticos de esportes de aventura, abrangendo os principais esportes de aventura presentes em Belo Horizonte e Região Metropolitana. Todos os locais foram selecionados a partir de indicações de praticantes ou instrutores de esportes de aventura, incluindo os locais na cidade de Belo Horizonte e Região Metropolitana. A metodologia adotada foi empírica, de caráter exploratório. Foram utilizados como instrumentos de pesquisa o questionário, a observação direta e o diário de pesquisa de campo. Posteriormente, os dados coletados foram organizados e analisados a partir do embasamento do referencial teórico disponível na literatura acadêmica em questão. Os dados desta pesquisa demonstram que temos um “Belo Horizonte para a corporeidade de aventura para as PcDs na capital mineira e região metropolitana”, no sentido da existência de muitas potencialidades e de um vasto horizonte a ser explorado e aprimorado com relação às adaptações necessárias a melhoria do convívio e bem estar social das PcDs. De modo salutar, para que haja a ampliação das adaptações necessárias que possibilitem a execução dos esportes de aventura pelas PcDs, proponho que este desenvolvimento perpassa pelos seguintes meios: Desenvolvimento Educacional; Desenvolvimento de políticas públicas efetivas; Desenvolvimento tecnológico; e Desenvolvimento do mercado de esportes de aventura, em um trabalho conjunto de todos segmentos da sociedade, com ações efetivas e congruentes ao pleno exercício da cidadania, onde todos os sujeitos possam conviver socialmente de modo inclusivo e integrativo, no pleno exercício da sua corporeidade, que neste trabalho é vista, de próprio cunho, como corporeidade de aventura.

Palavras-chave: Esportes de Aventura. PcDs. Inclusão. Acessibilidade. Cidadania.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Instrução de Rapel no 12º BI EB

Figura 02: Instrução de Escalada no 12º BI EB

Figura 03: Instrução de Mergulho

Figura 04: Acampamento Estação Ecológica da UFMG

Figura 05: Academia de Escalada 01

Figura 06: Instrução Teórica de Paraquedismo e Resgate Aéreo

Figura 07: Corrida da Infantaria (12BI EB)

Figura 08: Radical Trekking

Figura 09: Boudrie (cadeirinha) especial, utilizado no paraquedismo

Figura 10: Descida Tirolesa

Figura 11: Prática de escalada indoor na Academia 01

Figura 12: Rampa de Acesso ao Mirante para PcDs

Figura 13: visita e subida ao Mirante Serra do Curral

Figura 14: Escalada Indoor Academia 02

Figura 15: Escalada Indoor Academia 02

Figura 16: Visita Parque da “Aventura”

Figura 17: Visita Parque da “Aventura”

Figura 18: Visita Escola de Mergulho “oceano”

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

12° BI EB: 12° Batalhão de Infantaria

ADM: amplitude de movimento

AFAN: Atividades Físicas de Aventura na Natureza

BHC&VB: Belotur: Convention&Visitors Bureau

CBMG: Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

CBTri: Confederação Brasileira de *Triathlon*

CEU: Centro Universitário

CORPAer: Batalhão de Radio patrulhamento Aéreo

COVID-19: Coronavírus SARs COV 2

EB: Exército Brasileiro

EEFFTO: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LAFISE: Laboratório de Fisiologia do Exercício

MCTIC: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MEDIANTAR: Projeto “Sobrevivendo no limite: a medicina polar e a antropologia da saúde na Antártica”

MMII: membros inferiores

NBR9050: Normas Brasileiras Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

OMS: Organização Mundial de Saúde

PcDs: Pessoas com deficiência

PMMG: Polícia Militar de Minas Gerais

PROANTAR: Programa Antártico Brasileiro

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UConn: University of Connecticut

UFG: Universidade Federal de Goiás

UFGRS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 01: IBGE: Conheça o Brasil – População Pessoas com Deficiência

Quadro 01: Artigos sobre Esportes de Aventura e Pessoas com Deficiência

Quadro 02: Locais Pesquisados

SUMÁRIO

1.1 O INÍCIO DA ESCALADA PELAS MONTANHAS DE MINAS	10
1.1 Vislumbrando novos caminhos	11
1.2 Mapas norteadores do percurso	18
1.3 Pessoas com Deficiência (PcDs) e Esportes de Aventura	21
2. O PERCURSO, AS CORDAS E OS PINOS DE FIXAÇÃO (METODOLOGIA)	25
2.1 Escalando a montanha	28
2.2 Momento de reflexão	37
3. OBSERVANDO UM “BELO HORIZONTE” AO PÔR DO SOL	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE	48

1 - O INÍCIO DA ESCALADA PELAS MONTANHAS DE MINAS

Aventura... Não poderia ter nenhuma outra palavra, ou melhor conceito para iniciar esta narrativa acadêmica. A palavra aventura em sua origem etimológica do latim "*ad venture*", significa literalmente o que vem pela frente, representando desafio e superação (MICHAELIS, 2021).

Sou formado em Gestão Pública pela Universidade Estácio de Sá e no decorrer da minha segunda graduação, Bacharelado em Educação Física, ainda em curso na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), deparei-me com inúmeros desafios e obstáculos que foram enfrentados e, por vezes superados, com muita dedicação, disciplina e conhecimento científico compartilhado por professores da EEFFTO.

Ao longo dessa jornada acadêmica, destaco a confecção e depósito de uma patente na área de Biomecânica junto ao Departamento de Educação Física da EEFFTO/UFMG¹; a certificação de árbitro oficial de *Triathlon* pela Confederação Brasileira de *Triathlon* (CBTri) e a participação no grupo de pesquisa do Laboratório de Fisiologia do Exercício (LAFISE)², com integração no projeto de pesquisa “Sobrevivendo no limite: a medicina polar e a antropologia da saúde na Antártica” (MEDIANTAR/UFMG)³, vinculado ao Programa Antártico Brasileiro – (PROANTAR/MCTIC).

Em um recordatório das atividades físicas e esportivas cotidianas exercidas na minha juventude, na Educação Física Escolar houve prevalência de jogos de tabuleiro, como dama e xadrez; jogos de mesa, como pingue-pongue; esportes de baixo contato físico, como voleibol. Em outros tempos e espaços predominaram a natação e o ciclismo. As escolhas dessas atividades inicialmente eram feitas de modo intuitivo e natural, contudo com o decorrer do tempo, foram justificadas pela descoberta de uma malformação congênita na articulação coxofemoral e dismetria dos membros inferiores (MMII). Em decorrência dessas alterações morfológicas e

¹ “Dispositivos para aumentar o coeficiente de atrito do calçado em relação à superfície da bola” / BR1020170285650 / RFABIO, 2017 (<http://somos.ufmg.br/departamento/departamento-de-educacao-fisica>)

² “O Laboratório de Fisiologia do Exercício (LAFISE), fundado no ano de 1976, é um dos laboratórios pioneiros desse campo de conhecimento no Brasil” (<https://lafise-ufmg.com/>)

³ Este “projeto integra abordagens multidisciplinares da Medicina de Extremos, com ênfase em Antropologia, Saúde Mental, Estresse Fisiológico e Aclimação ao ambiente frio extreme” (<https://sites.icb.ufmg.br/mediantar/>).

biomecânicas para amplitude de movimento (ADM) articular, a minha capacidade de absorção de impacto e produção de força em determinadas angulações articulares são prejudicadas, deste modo esportes de alto impacto articular ou que demandam prolongados períodos de deambulação são clinicamente desaconselhados pelo potencial de agravamento ou surgimento de novas lesões osteocondrais pela deficiência física apresentada e condições de mobilidade reduzida.

Neste sentido os esportes de alto impacto e muito menos os esportes de aventura, definitivamente não faziam parte da minha corporeidade, que é aqui entendida de acordo com Fensterseifer (2006), “como corpo atravessado pelo mundo” (FENSTERSEIFER, 2006, p. 99).

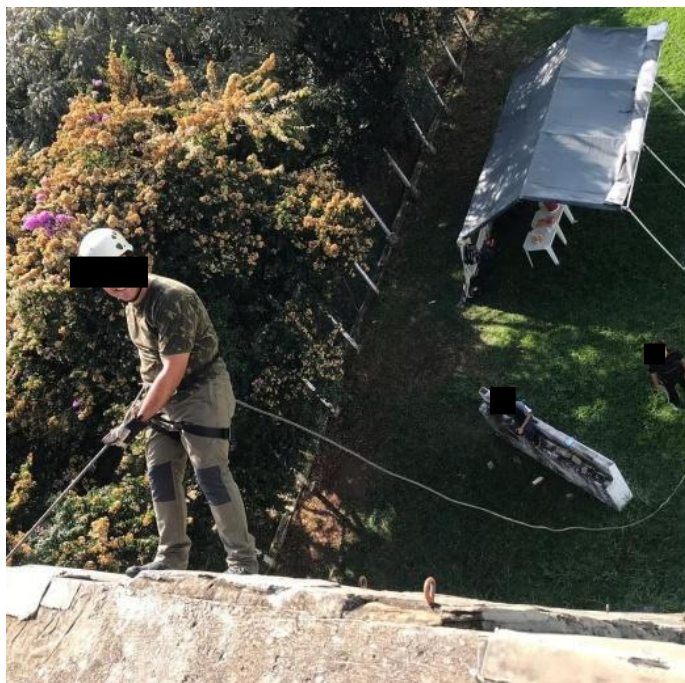
1.1 Vislumbrando novos caminhos

Essas limitações em relação às atividades físicas perduraram por um longo período. No decorrer da graduação em Educação Física, ainda optava por atividades físicas de baixo impacto articular, como natação, ciclismo e musculação, com algumas restrições. Todavia, no primeiro semestre de 2019, por entender a necessidade de ampliar o meu arcabouço de conhecimentos profissionais na área da Educação Física, me matriculei na disciplina de Esporte de Aventura, ministrada pelo Prof. Me. Jurandy Guimarães Gama Filho, em parceria com o Prof. João Carlos Dias, do Exército Brasileiro (EB) e com o mestrando em Estudos do Lazer, Marlon Teodoro Silva. O meu objetivo era adquirir conhecimentos teóricos sobre esse tema, pois acreditava que, devido as minhas limitações e mobilidade reduzida, não seria capaz de realizar as atividades práticas propostas no plano de ensino da disciplina. Contudo tive uma grata surpresa, pois, mesmo tendo liberação médica para não participar da parte prática da disciplina, ao conversar com os responsáveis pela disciplina, bem como com instrutores das atividades nos locais visitados, e demonstrar interesse em poder participar e vivenciar novas experiências corporais, eles foram receptivos em me auxiliar e possibilitar a vivência das práticas com algumas adaptações nas técnicas de execução ou mesmo nos equipamentos utilizados.

E foi assim, então, que vislumbrei novas possibilidades quanto a minha corporeidade de aventura. A experiência, segundo Bondía, “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (2002, p.21). E dentre as práticas mais marcantes em minha experiência corporal nesta disciplina de esportes de aventura, destaco as seguintes: A primeira foi à instrução de rapel e a escalada, realizadas no 12º Batalhão de Infantaria (12º BI EB). Foram feitas algumas adaptações na técnica

de descida do rapel me proporcionando uma descida constante, sem a execução de saltos para minimizar os riscos de altos impactos articulares (FIGURA 1); na escalada devido a utilização de um dispositivo adicional ascensor, de modo a possibilitar a ancoragem da subida nos momentos em que a minha produção de força seria prejudicada, a execução foi totalmente possível e satisfatória (FIGURA 2).

Figura 01: Instrução de Rapel no 12º BI EB



Fonte: Acervo pessoal, 2019

Figura 02: Instrução de Escalada no 12º BI EB



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

A segunda foi à instrução de mergulho na piscina da EEEFTO/UFMG, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMG). Devido à minha má formação congênita no quadril, apresento uma limitação no deslocamento com altas cargas de peso sob as articulações. Todo o equipamento de mergulho, como cilindro, coletes de lastro, válvulas e máscaras, somados apresentam um peso consideravelmente alto, impossibilitando o meu deslocamento fora da piscina. Esta limitação foi superada pela equipagem dentro da piscina, a qual pela força de empuxo, todo equipamento apresenta um peso relativamente menor. Destaco que este meio, o aquático, é que me possibilita mais movimentação pela eliminação relativa do peso e impacto articular.

Figura 03: Instrução de Mergulho



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Uma terceira atividade prática de esporte de aventura, a qual destaco em relação à superação dos obstáculos da minha limitação física, foi a realização da instrução de acampamento, realizada na Estação Ecológica da UFMG. Conforme já relatado, devido ao desgaste articular na articulação coxofemoral, não são aconselháveis grandes deslocamentos, em especial com carga. Essa limitação foi superada pela adoção de várias estratégias: utilização de um bastão de apoio para distribuição da carga durante a caminhada; oferecimento de um ponto adicional de apoio dada pela conformação da fila de deslocamento, na qual as pessoas com maior dificuldade de deslocamento permaneciam no início, ditando a velocidade da marcha de deslocamento; e escolha logística do local de acampamento, mais próximo, de modo a minimizar o trajeto total a ser percorrido.

Figura 04: Acampamento Estação Ecológica da UFMG



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Outra atividade, ao qual destaco, foi a escalada *indoor*, que se caracteriza pela afixação de pontos de apoio artificialmente em uma parede de concreto ou madeira. A partir da escolha das angulações das paredes de escalada, podem existir diferentes níveis de dificuldade, desde os níveis iniciantes, com uma parede em angulação de 90° e maior quantidade de pontos de apoio, até paredes com ângulos que são menores que 90°, podendo chegar a 0° em relação ao solo e existência reduzida de pontos de apoio. Devido a minha limitação física, de mobilidade reduzida, não foi necessário a adoção de nenhum tipo de equipamento diferente do habitual, mas apenas a escolha de uma parede de escalada com um nível acessível de dificuldade.

Figura 05: Academia de Escalada 01



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Outras atividades de esportes de aventura nas quais não houve necessidade de nenhum ajuste ou adaptação para a minha execução foram a instrução teórica de paraquedismo e a instrução de resgate aéreo, ambas realizadas com o Batalhão de Radio patrulhamento Aéreo (CORPAer, PMMG) no Centro Universitário (CEU) da UFMG. Aproveito este momento para registrar o meu agradecimento e reconhecimento a todos instrutores, que ao longo deste percurso, me possibilitaram novas vivências e experiências.

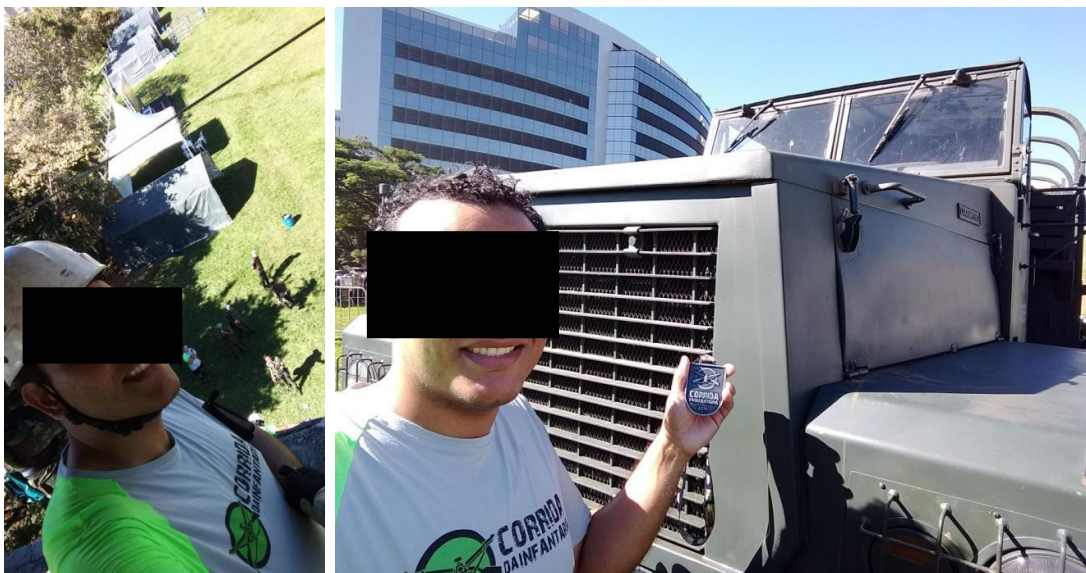
Figura 06: Instrução Teórica de Paraquedismo e Resgate Aéreo



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Neste mesmo período, participei de dois eventos externos ligados aos esportes de aventura na cidade de Belo Horizonte, o primeiro evento a Corrida da Infantaria 12 BI EB e o segundo evento o Radical Trekking, sendo que ambos eventos contavam com apoio e suporte para pratica de pessoas com deficiência (PcDs).

Figura 07: Corrida da Infantaria (12BI EB)



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 08: Radical Trekking



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Neste contexto, mediante a percepção pessoal dessas novas possibilidades de vivências corporais nos esportes de aventura, e que hoje fazem parte da minha corporeidade, mesmo em uma situação de deficiência física e mobilidade reduzida, surgiu o presente tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que apresenta em seu delineamento principal a problematização da tríade esportes de aventura, pessoas com deficiência (PcDs) e possibilidades de prática em um determinado contexto social.

1.2 Mapas norteadores do percurso

Com base em uma busca realizada nos principais bancos de dados e repositórios acadêmicos, ressalta-se a importância social desse tema porque, conforme Uvinha (2001), os esportes de aventura surgiram no Brasil na década de 1980, todavia, como mostram Marinho e Teixeira (2010), embora seja estejam em ascensão, sobre os esportes de aventura no Brasil ainda há uma literatura relativamente escassa, fato este que ainda nos dias de hoje corroboram com um recente estudo realizado por Paula *et al* (2020).

Esta constatação é ainda mais latente no que tange as abordagens dos Esportes de Aventura relacionados às PcDs. Em uma busca avançada realizada em portais e periódicos, como Portal CAPES e da SciELO; e em periódicos, como Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), Revista Motrivivenciada Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Revista Pensar a Prática da Universidade Federal de Goiás (UFG), utilizando palavras-chaves “esportes de aventura *and* pessoas com deficiência”, foram localizados apenas sete artigos acadêmicos, sendo: dois sobre turismo de aventura; dois artigos voltados para currículo/formação na Educação Física Escolar e nos Institutos Federais de Ensino; um sobre a prática de excursões em cavernas ligadas ao bem-estar; um sobre parque esportivo e pessoas com deficiência visual, mas que de modo geral foi focalizado apenas nessa deficiência especificamente e sem ligação propriamente dita como os esportes de aventura; e um último sobre estratégias metodológicas utilizadas para adaptação da prática de Esportes de Aventura e da Natureza para Pessoas com Deficiência. Este último, por realizar uma revisão integrativa que incluía dentre outros trabalhos acadêmicos dissertações e textos de anais de congressos em seu resultado, apresentou sete trabalhos com a temática em questão. Nas palavras dos autores, “acreditamos que o baixo número

de referências encontrado além de poder ser considerado uma limitação do estudo, também pode servir de estímulo para que sejam desenvolvidas novas pesquisas que abordem esportes de aventura adaptados para pessoas com deficiências (PAULA *et al*, 2020, p.83)”.

Segue abaixo (QUADRO 01) com a descrição desses artigos:

Quadro 01: Artigos sobre Esportes de Aventura e Pessoas com Deficiência

Título	Autor(es)	Revista / Ano	Ano
Revisão sistemática das estratégias metodológicas utilizadas para adaptação da prática de esportes de aventura e da natureza para Pessoas com Deficiência	PAULA, Gabriely Steffany; <i>et al</i>	Licere	2020
A produção do conhecimento sobre a educação física nos currículos dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia	MEDEIROS, Tiago Nunes; BOSSLE, Cibele Biehl; BOSSLE, Fabiano	Holos	2019
A estratégia de segmentação de mercado como vantagem competitiva: um estudo exploratório no setor de turismo "single" a partir da cidade de São Paulo	BAZANINI, Roberto; <i>et al</i>	Podium: Sport, Leisure and Tourism Review	2016
As práticas corporais de aventura na Educação Física Escolar: o que o estado da arte nos diz	SOUSA, Dandara Queiroga de Oliveira; ARAÚJO, Allyson Carvalho de	Licere	2016
Turismo de aventura acessível	MOTA, Ana Maria Guimarães da; <i>et al</i>	Podium: Sport, Leisure and Tourism Review	2014
Acessibilidade as pessoas com deficiência física e visual no Parque Esportivo Itanhanga	SILVA, J. V. P.; <i>et al</i>	Motricidade	2012
Ser humano e natureza: o significado da cavernana pratica do caving e as suas contribuições para o bem-estar corporal.	MENDES, M. T.; <i>et al</i>	Motricidade	2012

Fonte: quadro confeccionado pelo autor

Nas plataformas da SciELO, Revista Movimento de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Revista Motrivivência da UFSC, Revista Pensar a Prática da UFG e na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) nenhum resultado foi retornado pela busca das palavras chaves “esporte de aventura *and* pessoas com deficiência” e na busca apenas pela chave “esporte de aventura”, foram retornados um total de 47 artigos, contudo nenhum deles estavam relacionados com a temática em questão. Conforme o observado, o tema de Esporte de Aventura, em especial os esportes de aventura relacionados às PcDs é um tema ainda em ascensão na literatura acadêmica e não temos um amplo arcabouço de artigos acadêmicos sobre o tema.

Dada a escassez da produção de conhecimento e referenciais teóricos que dialogam diretamente com essa temática, o principal objetivo verificar a existência em locais onde são realizados/praticados esportes de aventura, na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, da possibilidade de realização dos esportes de aventura oferecidos pelas Pessoas com Deficiência (PcDs) e propor avanços a partir do indicativos pontos de aprimoramento da acessibilidade, de novas possibilidade e olhares com relação a pratica dos esportes de aventura pelas PcDs. Assim como a contundente relevância social da abordagem da temática desta pesquisa em questão, tendo em vista o considerável quantitativo de PcDs em nossa sociedade, algo que corresponde a aproximadamente 24% da população no cenário nacional brasileiro, e a cerca de 23% da população residente na capital mineira (Censo Demográfico IBGE, 2010).

Podemos observar que dentre as definições das práticas de Esportes de Aventura, nas quais temos como ingredientes principais a natureza, fortes emoções e adrenalina, a cidade de Belo Horizonte destaca-se principalmente por suas características topográficas e de vegetação peculiares do Estado Minas Gerais, onde temos um alto potencial para as atividades de arvorismo, trilhas e *trekking* nos parques, *rapel* e escalada nos paredões (quando permitido) ou *indoor* nas academias especializadas presentes na capital, descidas de tirolesa em espaços naturais ou em um dos símbolos da cidade, o Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão), práticas de aventura aquáticas, como mergulho em piscinas, canoagem em lagos naturais, dentre várias outras possibilidades. “Eu amo BH radicalmente⁴”, por muito tempo esta frase ecoou em meus pensamentos, mas não fazia parte da minha corporeidade.

⁴Este slogan “Eu amo BH radicalmente” foi lançadona campanha *Eu Amo BH Radicalmente*, em 2006, no evento da Belotur: *Convention & Visitors Bureau (BHC & VB)*.

1.3 Pessoas com Deficiência (PcDs) e Esportes de Aventura

Iniciando este novo capítulo que tem como objetivo contextualizar e conceituar algumas vertentes e abordagem acadêmicas existentes a respeito das Pessoas com Deficiência (PcDs) e dos Esportes de Aventura no atual cenário social brasileiro, de modo pragmático, para um melhor entendimento e compreensão dos termos adotados.

Neste trabalho assumiremos o conceito de deficiência presente no Decreto nº 3298/1999, que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências, e em suas definições apresenta: “I - deficiência– toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, p.01). A deficiência gera para o indivíduo uma incapacidade para o desempenho habitual das atividades dentro do padrão que é considerado normal para o ser humano.

A expressão PcDs, segundo Sasaki (2003), foi adotada no Brasil apenas a partir de meados da década de 90 e pode ser atribuída a qualquer pessoa que apresente algum tipo de disfunção e debilitação em sua estrutura física ou mental/cognitiva, que pode ser congênita (presente desde o nascimento) ou adquirida (ocasionadas por acidentes, amputações, doenças etc.).

A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente. O acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a função de adjetivo, foi uma grande novidade na época. No início, houve reações de surpresa e espanto diante da palavra pessoa: “Puxa, os deficientes são pessoas!?” Aos poucos, entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência, frequentemente reduzida para portadores de deficiência. Por volta da metade da década de 90, entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje (SASSAKI, 2003, p.06).

Anteriormente, do ponto de vista histórico, podemos perceber que era muito comum a adoção de expressões distintivas, como criança normal e criança deficiente, algo inaceitável nos dias atuais, em que temos a consciência de que uma criança, em sua singularidade existencial,

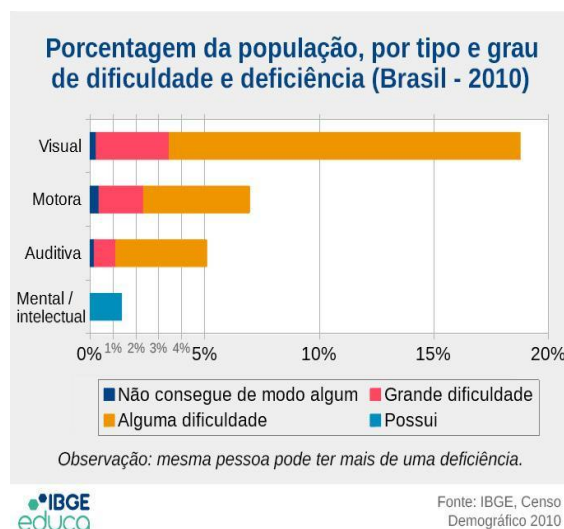
possui distintas características corporais e modos de pertencimento ao mundo e não pode ser subjuga da como deficiente ou normal. Esses rótulos discriminatórios sociais acabam por ferir não apenas a cidadania desses sujeitos sociais, mas também a sua essência, singularidade e dignidade como seres humanos.

Do ponto de vista social, conforme Fontoura e Cardoso (2014) nos demonstram no Brasil segundo o Estudo Colaborativo Latino Americano de Malformações Congênitas, temos uma taxa de natalidade de 2,4% a 5% de nascimentos com algum tipo de malformação congênita.

No Brasil, pesquisas realizadas pelo Estudo Colaborativo Latino Americano de Malformações Congênitas, programa de monitoramento para esses nascimentos, evidenciaram taxa de 2,24% a 5% no nascimento de malformados, porém, em 2010, a prevalência de anomalias foi de 0,8% no país, representando média de dois mil nascimentos. (FONTOURA; CARDOSO, 2014, p.908).

Algo estatisticamente e numericamente significativo em nossa sociedade, sendo esta premissa reforçada pelos dados apresentados pelo EducaIBGE (Figura 01), que aponta que 46 milhões de brasileiros, algo correspondente a aproximadamente 24% da população, declararam ter algum tipo/grau de dificuldade/deficiência (visual, motora, auditiva, mental ou intelectual) no último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Censo Demográfico IBGE, 2010)

Gráfico 01: IBGE: Conheça o Brasil – População Pessoas com Deficiência



Fonte: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>

Deste quantitativo apresentado de PcDs no cenário nacional brasileiro, 550.997 são moradores(as) da cidade de Belo Horizonte, algo que corresponde a cerca de 23% da população residente na capital mineira (Censo Demográfico IBGE, 2010). Terão essas pessoas oportunidades de praticar esportes de aventura?

Conforme nos relata Pimentel (2013), em suas identificações, diversas terminologias foram propostas para designar os esportes de aventura, como: AFAN - Atividades Físicas de Aventura na Natureza, utilizada por Betrán; Práticas Corporais de Aventura, cunhada por Inácio; Esportes Radicais, utilizada por Uvinha; Esportes na Natureza, cunhada por Dias; Esportes de Ação, mobilizada por Brandão, dentre outras. Dada a esta amplitude conceitual, para um melhor delineamento e compreensão, neste trabalho foi adotado o conceito de esportes de aventura de Paixão (2012). Segundo afirma essa autora, os “eixos norteadores dos Esportes de Aventura, [são] a busca pelo risco e por fortes emoções”, em um exercício de “reaproximação do homem com a natureza” (PAIXÃO, 2012, p.13). Dentre os esportes de aventura, temos, por exemplo, o *surf*, o *rafting*, a canoagem, a asa delta, o motociclismo, o automobilismo, o ultraleve e o *ski* náutico (PAIXÃO, 2012), deste modo englobando as atividades de aventura praticadas na natureza e nos ambientes urbanos.

Outrossim, conforme nos relata Silva (2012), em seu artigo intitulado “Acessibilidade as pessoas com deficiência física e visual no Parque Esportivo Itanhanga.”, em que analisa a acessibilidade no Parque Esportivo Lúcio Coelho Filho, em Campo Grande/MS, foi constatado que com exceção dos bancos, todos os demais itens, como passeio público, portões de acesso, estacionamento, circulação horizontal, bebedouro, mobiliários, quadra esportiva, parque infantil e coreto, não atendiam às Normas Brasileiras Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (NBR9050/2004), sendo considerado inacessível para pessoas com deficiência física e visual. Do mesmo modo Mota *et al* (2014), no artigo intitulado Turismo de Aventura Acessível cujo objetivo foi, a partir do enfoque turístico, analisar as adaptações e adequações necessárias para atender ao público especial na cidade de Santos/SP, nos relata que “há falta de incentivo para as empresas de turismo de aventura dos destinos turísticos por parte dos órgãos públicos, bem como sua fraca infraestrutura, levando os turistas especiais a procurarem destinos mais completos e com menos ‘barreiras’ entre eles e a prática dos esportes de aventura” (MOTA *et al*, 2014 p.61).

Esses dados corroboram com Paula *et al* (2020), em seu estudo recentemente publicado, no qual afirma que não existe uma síntese da participação do público PcDs nos Esportes de Aventura, algo que reforça ainda mais a importância e relevância social da realização desta pesquisa acadêmica com a temática em questão.

No Brasil, Auricchio (2017) destaca o protagonismo de Socorro-SP no atendimento a Pcd no tocante a atividades de aventura (cascading, arvorismo, tirolesa, trilhas e rafting) como lazer turístico e físico-esportivo. Outro caso é a parceria entre universidade e associações para atendimento a Pcd mental para canoísmo no mar (MORAIS; MARTINES; PIMENTEL, 2019). Portanto, ações exemplares, embora isoladas, podem iluminar a formação e atuação dos profissionais do lazer para processos inclusivos na aventura. Todavia, não existe síntese disponível sobre a participação das Pcd nesse tema. (PAULA *et al*, 2020 p.74).

2. O PERCURSO, CORDAS E PINOS DE FIXAÇÃO (METODOLOGIA)

Esta pesquisa caracteriza-se como empírica, de caráter exploratório (SEVERINO, 2017 p.91). Foram utilizados questionário (APÊNDICE 1), observação direta e diário de campo para registro das observações, conforme será especificamente demonstrado a seguir.

O questionário foi desenvolvido a partir do balizamento de uma pergunta central, que se refere à existência ou não de adaptações físicas/equipamentos, (como, por exemplo, rampas de acesso, guias de trajeto, cintos especiais) e/ou adaptações procedimentais (como, por exemplo, o acompanhamento direto por um instrutor) para a prática dos Esportes de Aventura pelas PcDs. A pergunta foi única devido a necessidade de delimitação do tema de pesquisa, contudo foi aberto um campo para observações e comentários adicionais. Esse questionário passou pela avaliação de profissionais *experts* na área de Esporte de Aventura, apresentados a seguir:

- Tenente Coronel João Carlos Dias: Coronel e ex-atleta do Exército Brasileiro; Doutor em Fisiologia do Exercício pela University of Connecticut (UConn), nos Estados Unidos.
- Coronel Etevaldo Luiz Caçadini de Vargas: Ex-Comandante do 12º BI EB; Subsecretário de Integração da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais; consultor e instrutor em Esportes de Aventura.
- Tenente Jeyller Henrique Rosa de Araújo: Tenente do 12º BI EB Operações Especiais; Mestre em lazer pelo Programa Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG; instrutor na Assessoria de Esporte de Aventura “Planetaventuras”.
- Marlon Teodoro Silva: Mestre em lazer pelo Programa Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Experiência em coordenação de projetos de saúde em áreas remotas. Experiência internacional (Nova Zelândia) no trabalho com *rugby* para pessoas com deficiência (cadeirantes). Experiência com trabalhos voluntários em áreas de vulnerabilidade social, comunidades quilombolas, comunidades indígenas e ribeirinhas.

Os locais de visita foram selecionados a partir de indicações de praticantes ou instrutores de esportes de aventura, incluindo os locais na cidade de Belo Horizonte e Região Metropolitana, e/ou pesquisa em mecanismos de busca *web*, pelas palavras chaves esporte de aventura + Belo

Horizonte, incluindo apenas a cidade de Belo Horizonte. O critério de inserção do local na pesquisa, foi relativo ao enquadramento no escopo conceitual de Esportes de Aventura em seus “eixos norteadores de busca pelo risco e por fortes emoções” (PAIXÃO, 2012, p.13), como, por exemplo, pela realização de atividades de escalada, rapel, tirolesa, mergulho, trilha, canoagem; ser de acesso público ou privado; estar localizado na cidade de Belo Horizonte ou na Região Metropolitana⁵.

A pesquisa foi realizada a partir de visitas *in loco*, marcadas com antecedência e agendamento prévio com os estabelecimentos. Todavia, em decorrência das medidas de restrição sanitária devido a pandemia causada pelo vírus SARs COV 2, que eclodiu no ano de 2020, para contenção da disseminação do vírus, dentre outras medidas, foram adotadas pelos Governantes Estaduais e Municipais, a partir das orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), medidas de isolamento social como pratica de profilaxia e contenção dos picos de contaminação de Covid-19 dentre a população. A Prefeitura de Belo Horizonte publicou o Decreto Municipal nº 17.304, de 18 de março de 2020 que determina a “suspensão temporária dos Alvarás de localização e Funcionamento e autorizações emitidas para realização de atividades com potencial de aglomeração de pessoas para enfrentamento da Situação de Emergência Pública causada pelo agente Coronavírus – COVID-19” (BELO HORIZONTE, 2020). O Governo de Minas Gerais, publicou o Decreto nº 47.886, de 15 de março de 2020, que “dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências” (MINAS GERAIS, 2020). E deste modo alguns questionários tiveram que ser aplicados por meio remoto, sendo enviados eletronicamente por e-mail às instituições, contendo uma carta de apresentação da pesquisa, questionário e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice II).

A pesquisa, tanto *in loco* quanto *online*, foi endereçada e realizada com os proprietários e/ou responsáveis (instrutores). No dia agendado, a partir de contato com o proprietário, gerente

⁵ A região metropolitana (RM) de Belo Horizonte é composta por 34 municípios: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano. (IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015 p.07)

ou instrutor da atividade de esporte de aventura, a pesquisa era devidamente apresentada, assim como o TCLE. Tendo anuência tácita de modo escrito ou verbal, a visita era realizada com aplicação do questionário e realização das observações. Estas observações diretas, foram registradas no diário de campo e por meio fotográfico, com utilização da câmera do aparelho celular de 16 *megapixels*.

Dentre os cuidados éticos da pesquisa, todos os participantes foram previamente esclarecidos da exclusividade dos fins acadêmicos dos dados coletados na pesquisa, pelo aceite formal (verbal e/ou escrito) de participação pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – onde se declararam completamente cientes do escopo e finalidade da pesquisa, e que a qualquer momento poderiam se recusar a participar da referida pesquisa ou abdicar-se da sua participação a qualquer momento até a finalização do processo de coleta de dados. Outrossim, dentre os cuidados éticos da pesquisa, para proteção da imagem e integridade de todos os participantes e locais de pesquisa, foram atribuídos nomes fictícios aos locais de acesso privado, e proteção da imagem pessoal e dos nomes em todas as imagens fotográficas registradas de modo individualizado.

Posteriormente, os dados coletados foram organizados em tabela do Word, onde segundo Severino, “A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2017, p. 91), abrindo deste modo os dados para análise e discussão a partir do embasamento do referencial teórico da literatura acadêmica em questão.

2.1 Escalando a montanha

Foram pesquisados 07 (sete) locais, sendo 06 (seis) através de vista *in loco* e 01 (um) por meio remoto. Esses locais incluíram academia de escalada indoor, academias de mergulho, parques municipais e estaduais e parques temáticos de esportes de aventura, abrangendo os principais esportes de aventura presentes em Belo Horizonte e Região Metropolitana (QUADRO 02):

Quadro 02: Locais Pesquisados

Nome	Cidade	Pesquisa in loco / e-mail	Público ou privado	Atividades oferecidas	Existem adaptações para PcDs
Tirolesa	Belo Horizonte	In loco	Privado	Tirolesa	Sim
Academia de Escalada 01	Belo Horizonte	In loco	Privado	Escalada indoor	Sim
Parque Municipal Serra do Curral	Belo Horizonte	In loco	Público	Trilha	Sim
Academia de Escalada 02	Belo Horizonte	In loco	Privado	Escalada indoor	Sim
Parque “da aventura”	Caeté	In loco	Privado	Arvorismo Tirolesa Canoagem Trilha Escalada	Sim
Parque Nacional Serra do Cipó	Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro e faz divisa com Itabira	Por email	Público	Trilha	Sim
Escola de Mergulho “oceano”	Belo Horizonte	In loco	Privado	Mergulho	Sim

Fonte: Próprio Autor

As observações realizadas e registradas no diário de pesquisa de campo, bem como os registros fotográficos, quanto à infraestrutura apresentada, existência ou não de adaptações de

equipamentos ou procedimentais, foram organizados caso a caso, conforme apresentados a seguir:

- Tirolesa

A Tirolesa , foi inaugurada no ano de 2020, percorre uma extensão de 220 metros a partir do anel superior do Estádio. A altura total da atração é de 35 metros, podendo chegar a uma velocidade de 20 a 45 km/h e o seu tempo de descida é estimado entre 6 a 26 segundos. Quanto à infraestrutura, o local possui estacionamento reservado para PcDs, rampas de acesso e elevadores. Cabe ressaltar que uma parte do percurso, de subida da arquibancada, até a chegada na plataforma de lançamento da tirolesa é realizado por escadas, contudo segundo o instrutor que acompanhou a realização da atividade, caso necessário os brigadistas de apoio podem auxiliar as PcDs a se deslocarem até a plataforma de lançamento. Outro fato destacado é a realização anual de um evento temático, com a participação de um público diverso, no qual um palestrante, que é uma PcDs, um cadeirante, realiza a descida da tirolesa. Outrossim, no local existe a possibilidade de uso de um *boudrie* (cadeirinha) especial utilizada no paraquedismo (FIGURA 09) que pode ser utilizado para oferecer mais segurança e estabilização dos segmentos corporais para paraplégicos e tetraplégicos na descida da tirolesa. No local realizei a descida da tirolesa com mínimas adaptações procedimentais de auxílio na subida até a plataforma de lançamento, sendo uma experiência satisfatória as minhas expectativas.

Figura 09: *Baudrier* (cadeirinha) especial, utilizado no Paraquedismo



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 10: Descida Tirolesa



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

- Academia de Escalada 01

A academia está presente em Belo Horizonte desde o ano de 1997, consistindo também em um centro de treinamento para técnicas verticais, Norma Regulamentadora número 35 de trabalho em altura, resgate. Quanto à infraestrutura, o local não possui estacionamento próprio para os clientes, assim como não possui rampas de acesso ou elevadores, contudo os instrutores se disponibilizam no auxílio e no acompanhamento das PcDs para a realização da atividade, caso necessário. Não houve nenhum outro fato destacado relativo ao tema desta pesquisa. No local realizei a escalada *indoor*, com adaptações procedimentais e da técnica de escalada, pela escolha de uma via para iniciante e acessível a minha peculiaridade de mobilidade reduzida, sendo uma experiência satisfatória as minhas expectativas, por conseguir completar a via de escalada.

Figura 11: Prática de Escalada indoor na Academia 01

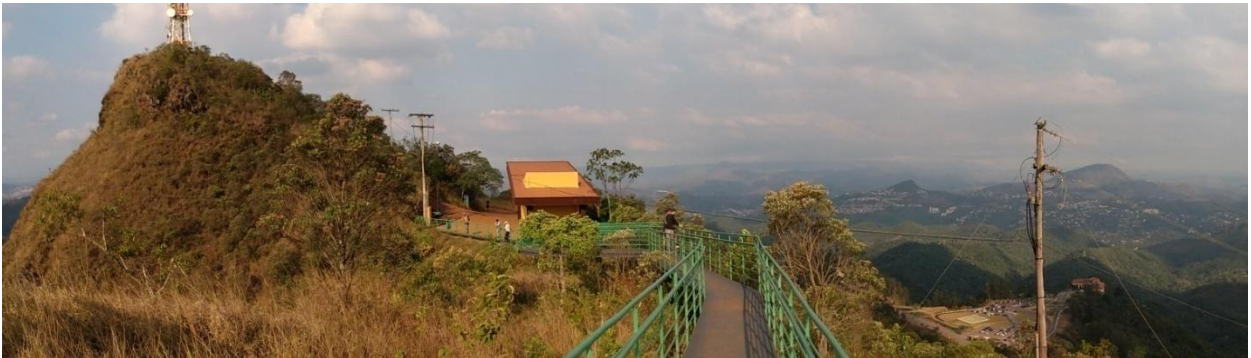


Fonte: Acervo Pessoal, 2019

- Parque Municipal Serra do Curral (Parque do Paredão)

O parque possui uma área aproximada de 400 mil m², de ampla cobertura vegetal, sendo um patrimônio tombado pela Lei Orgânica do Município e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Quanto à infraestrutura, o local possui estacionamento reservado para PcDs, em uma especificidade para deficiências físicas de mobilidade, o parque possui rampas de acesso às dependências principais do parque. Segundo a gerência do parque, em nenhum parque municipal de Belo Horizonte é permitido a realização da prática de esportes de aventura, como, por exemplo, a escalada, salvo casos com autorização expressa e o devido acompanhamento por equipe de segurança especializada. Contudo as atividades de trilha são liberadas e acompanhadas pelos monitores do local, conforme a demanda apresentada do número de visitantes e número de monitores disponíveis para este acompanhamento. Outro fato destacado é a construção de uma rampa de acesso ao mirante para as PcDs (FIGURA 12) e que os visitantes, PcDs, são autorizados a realizar a subida para o mirante por meio de veículo motorizado. No local realizei a caminhada de subida ao mirante, com adaptações procedimentais e com a utilização de um bastão de caminhada para apoio. Foi feita a escolha de uma via mais acessível a minha peculiaridade de mobilidade reduzida, sendo uma subida bastante íngreme e superada pouco a pouco.

Figura 12: Rampa de acesso ao Mirante para PcDs



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

Figura 13: visita e subida ao Mirante Serra do Curral



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

- Academia de Escalada 02

É uma das mais amplas academias de escalada indoor de Belo Horizonte, sendo utilizada e frequentada por atletas da Seleção Brasileira de Escalada. Quanto à infraestrutura, o local não possui estacionamento próprio para os clientes, assim como não possui rampas de acesso ou elevadores, contudo, conforme relato, os instrutores se disponibilizam no auxílio e acompanhamento das PcDs para a realização da atividade, caso necessário. Um fato relatado pelo instrutor é que na academia já houve visita de uma pessoa com deficiência física (amputado/cadeirante), que é esportista praticante de *crossfit*, e que na referida ocasião ele realizou a escalada. No local realizei escalada *indoor*, com adaptações procedimentais e da técnica

de escalada pela escolha de uma via para iniciante e acessível a minha peculiaridade de mobilidade reduzida, sendo uma experiência satisfatória as minhas expectativas, por conseguir completar a via de escalada.

Figura 14: Escalada Indoor Academia 02



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Figura 15: Escalada Indoor Academia 02



Fonte: Acervo Pessoal, ano 2020

- Parque “da aventura”

O parque é uma reserva ambiental particular situada na zona rural do município de Caeté, cujo principal objetivo é proporcionar aos seus visitantes vivências de esportes de aventura e contato com a natureza. Quanto à infraestrutura, o local possui estacionamento próprio para os clientes, sendo um principal, localizado na parte mais baixa do parque; e um secundário, localizado na parte mais alta, próximo à dependência principal do parque, com acesso liberado para PcDs. Um fato relatado pelo gerente do parque, que também é docente em uma instituição privada de Ensino Superior de Minas Gerais, foi a existência de um projeto de extensão universitária em uma Universidade privada de Minas Gerais, no qual ocorrem atividades de aventura com grupo de pessoas com deficiência visual, como o arvorismo. Outro fato destacado é a relativa dificuldade de acesso para PcDs, em especial cadeirantes, para a realização da descida da tirolesa, pois o acesso à rampa de lançamento é bastante dificultoso. Das atividades oferecidas no local (arvorismo, tirolesa, canoagem, trilha e escalada natural), por uma questão de tempo logístico da visita, realizei apenas a descida da tirolesa e um breve percurso de trilha, com adaptações procedimentais, como o auxílio do instrutor em alguns momentos para acesso a rampa de lançamento da tirolesa, e utilização de um bastão de apoio para caminhada na trilha, em um percurso mais acessível a minha peculiaridade de mobilidade reduzida.

Figura 16: Visita Parque da “Aventura”



Fonte: Acervo Pessoal, 2020

Figura 17: Visita Parque da “Aventura”



Fonte: Acervo Pessoal, 2020

- Parque Nacional Serra do Cipó

A pesquisa foi realizada por e-mail, devido as questões de adoção das medidas sanitárias da pandemia de SARs COV2. A gerência do parque relata, em transcrição direta do e-mail de resposta:

O parque tem interesse geral em receber projetos e possui ambientes que oferecem oportunidades de instalação de equipamentos facilitadores e trilhas alternativas. temos um mirante com rampa dentro de um circuito curto que pode receber equipamentos em sua trilha, tudo em terreno plano e com alto potencial interpretativo. (E-mail Parna Serra do Cipo / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, 2020)

- Escola de Mergulho “oceano”

A Escola de mergulho possui mais de 32 anos de mercado, possuindo a maior infraestrutura de treinamento da América Latina. Quanto à infraestrutura, o local possui estacionamento próprio para os clientes, sendo bem localizados na portaria do estabelecimento. Contudo não possui rampas de acesso ou elevadores a todos os locais e dependências da escola, contudo os instrutores se disponibilizam no auxílio e acompanhamento das PcDs para a realização da atividade, caso necessário. Um fato relatado pelo instrutor é que a escola já formou uma turma específica de cadeirantes, e que na última turma uma PcD (amputado unilateral) concluiu. Outrossim a escola possui instrutores capacitados para o público PcD, inclusive com uma parceria com outros estados como São Paulo. No local não foi possível realizar a prática de mergulho, pois os demais instrutores estavam em viagem de checagem com a turma em alto mar, um dos pré requisitos para a obtenção da carteira internacional de mergulhador das certificadoras *Professional Association of Diving Instructors* ou *Scuba Schools Internacional*.

Figura 18: Visita Escola de Mergulho “oceano”



Fonte: Acervo pessoal, ano 2021

2.2 Momento de reflexão

Analisando o quadro de resultados apresentado e as observações efetuadas, todos os locais de pesquisados apresentavam algum tipo de adaptação para a prática de esportes de aventura para as PcDs, seja adaptações físicas, como, por exemplo, as rampas de acesso ao mirante no Parque da Serra do Curral e o uso de equipamentos específicos, como o *baudrier* especial na tirolesa ; ou mesmo adaptações procedimentais, como a possibilidade de acesso ao mirante pelas PcDs por automóveis no Parque da Serra do Curral, ajustes da técnica de escalada na prática esportiva através do auxílio de terceiros nas academias de escalada *indoor* 01 e 02. Além disso, em três locais (Tirolesa , Academia de Escalada 02 e Escola de Mergulho “oceano”) houve relatos dos instrutores sobre a realização a participação de PcDs em atividades de esportes de aventura nos locais, seja como atividades cotidianas de lazer ou como atividades esportivas.

Contudo, dentre os dados apresentados, podemos destacar que principalmente nos locais públicos, como nos parques, há necessidade e o desejo pela ampliação e melhoria das atuais condições apresentadas de acessibilidade aos esportes de aventura para as PcDs. Neste sentido, observamos que mesmo com as referidas leis e políticas públicas de acessibilidade, como, por exemplo, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), a nossa sociedade ainda carece de ações públicas efetivas e de investimentos públicos nessa área, pois de nada adianta algo que o próprio poder público determina e não executa, ou seja, algo apenas descritivo no papel e que na realidade é divergente das instruções normativas, em decorrência, ao que parece, da inexistência de recursos orçamentários para efetivação de melhorias na acessibilidade para as PcDs em locais, como nos parques públicos.

Para problematizar a relação das PcDs com os esportes de aventura em nossa sociedade, partimos de pressupostos já apresentados por alguns autores que nos relatam como a sociedade as enxerga. Para Trindade (2004), as PcDs são vistas como pessoas doentes e que não podem ou não tem as mesmas necessidades de interação social nos espaços urbanos e nos espaços na natureza, do mesmo modo que as pessoas sem deficiência (TRINDADE, 2004, p. 74). Este pensamento, na maioria das vezes, acaba sendo potencializado pela visão dos esportes de aventura como sendo uma atividade potencialmente perigosa de alto risco das quais as PcDs deveriam ser cerceadas de execução, como forma de proteção. Conseqüentemente, as PcDs acabam sendo afastadas do exercício da sua prática.

Esta situação de cerceamento da prática dos esportes de aventura, por esta visão de adoecimento, porventura, acaba criando um mal-estar social ao redor das PcDs, o qual que tem em decorrência das suas origens não apenas a falta de acessibilidade e as barreiras físicas de acesso, mas também esta visão preconceituosa em relação as PcDs, em serem consideradas doentes.

De acordo com a definição da Constituição da Organização Mundial de Saúde, “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (Constituição da Organização Mundial da Saúde - OMS, 1946 OMS/WHO, 1946, p. 01). A partir deste prisma, a saúde compreende, em seus constructos de análise, um estado de bem-estar social em que esta visão deturpada da sociedade, que erroneamente considera a deficiência como uma doença, nos possibilita refletir que podemos acabar nos deparando com uma situação crítica e cruel de criação de um adoecimento social das PcDs, não por sua deficiência ou limitação em si, mas por este clima antagônico de mal-estar socialmente criado ao seu redor.

Analisando as políticas públicas e sociais presentes na sociedade brasileira, podemos observar que o primeiro artigo do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), estabelece a premissa de assegurar e promover condições plenas de igualdade ao exercício dos direitos fundamentais de liberdade das PcDs para a sua plena inclusão social e exercício da cidadania.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, Estatuto da Pessoa com Deficiência / Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, p.01).

A sociedade brasileira tem melhorado muito nos quesitos de acessibilidade e inclusão das PcDs em atividades cotidianas. Observamos melhorias de acessibilidade na arquitetura de *shopping centers*, faculdades, órgãos públicos, colégios e estacionamentos (SILVA *et al*, 2012). Contudo, dada à conformação biopsicossocial do ser humano, para a consolidação de efetivas condições de igualdade, inclusão social e cidadania das PcDs, faz-se importe a ampliação de meios de acessibilidade aos esportes de aventura seja mediante a ampliação de novas políticas públicas; seja por investimentos em infraestrutura, aquisição e desenvolvimento de novos

equipamentos para prática esportiva desses sujeitos sociais; e, até mesmo, pelo fomento de debates acerca do tema, em um processo educacional efetivo de conscientização social voltado ao combate das práticas discriminatórias e de preconceito com relação as PcDs.

A partir desses delineamentos conceituais apresentados e dos benefícios psicológicos e emocionais apresentados por Schwartz (2006), em relação às atividades praticadas na natureza e o seu auxílio na reconciliação do homem com a mesma, em uma possibilidade de redimensionamento dos condicionantes da sociedade, é que podemos ressaltar a importância das vivências dos esportes de aventura pelas PcDs.

Os esportes de aventura, de acordo com Paixão (2012), são caracterizados por fortes riscos e emoções. Correr riscos e sentir fortes emoções faz parte da nossa conformação humana, proporcionando o desafio de conhecer os próprios limites, seja pelo prazer contido no risco da realização de práticas da aventura, em que pelos aspectos fisiológicos, ocorrem a liberação momentânea de hormônios como a adrenalina e noradrenalina, ou até mesmo do ponto de vista psicológico e comportamental dos praticantes que ao se submeterem a estas atividades de aventura e testarem os próprios limites do corpo trazem para si um sentimento de “*estar vivo*” Schelp (2003). Nesse sentido observamos que a necessidade e o prazer de correr risco, como fato gerador de fortes emoções, do ponto de vista físico ou psicológico, é uma característica dos seres humanos.

Geralmente os esportes de aventura são associados ao alto risco e essa associação para além de ser apenas suposição, é verdadeira. Toda atividade humana, independentemente de sua origem e finalidade, envolve riscos, viver em si é perigoso. E ter a capacidade e a consciência de reconhecer os nossos próprios limites é algo fundamental para a preservação da vida, pois o medo além de ser um sentimento natural é um fator comportamental de proteção. Nesse sentido podemos metaforicamente compreender o risco como uma linha tênue, multidimensional de tempo e espaço, que nos separa da morte. A exemplo disso, temos o turismo de aventura que se utiliza dos esportes de aventura para prática controlada de atividades altamente perigosas, que requerem uma análise de risco calculado criteriosa e de modo constante.

Conforme Sarmiento, apud Mota *et al*:

O Turismo de Aventura utiliza os esportes radicais ou esportes de ação, aqueles que são praticados em situações potencialmente perigosas; envolvendo riscos evidentes, requerendo atenção constante a “linhas de segurança” que não podem ou não devem ser ultrapassadas. É como estar em uma corrida dirigindo um carro, se você não dirigir com precisão, o que vai acontecer é que você vai se acidentar (SARMENTO, 2013, apud MOTA *et al*, 2014, p. 64).

Neste entendimento, da necessidade humana de busca pelo risco e fortes emoções por intermédio dos esportes de aventura, retomando a interlocução das minhas experiências e vivências corporais apresentadas no início deste trabalho, pretendo trazer à tona para reflexão e problematização alguns aspectos importantes inerentes à garantia da oportunidade de acesso a prática de esportes de aventura para as vivências corporais dos sujeitos PcDs.

A garantia do pleno exercício da cidadania inclusiva, o que inclui a oportunidade de acesso a prática dos esportes de aventura pelas PcDs, é algo salutar e imprescindível para a quebra de um sentimento de isolamento social, como ocorre na narrativa alegórica dicotômica das Estátuas Pensantes, de Nobeit Elias, conforme mostram Ribeiro e Lucena (1994). Como na alegoria de Elias, se em nossa sociedade as PcDs estiverem de um lado do rio e os esportes de aventura do outro, e não tiver meios de acessibilidade para eles atravessarem, eles nunca poderão confrontar os seus “pensamentos” com a sua realidade de inserção no mundo, ou seja, se as PcDs estiverem cerceadas da sua possibilidade de “movimento” nos esportes de aventura, jamais poderão confrontar o seu pensamento com o outro lado intangível do “rio”, neste caso representado pela falta de acessibilidade na prática dos diversos esportes de aventura.

Através da realização desta pesquisa, de caráter exploratório e de observações diretas, os conhecimentos e vivências adquiridos ao longo desse percurso passaram a integrar não apenas o meu arcabouço acadêmico, mas hoje fazem parte da minha corporeidade. Desse modo, corroboro com Nunes Filho, *apud* Silva (2012), para quem o corpo “transcendente ao espaço físico limitado pela minha epiderme. Ele se estende até onde os sentidos por ele elaborados alcançam [...]. Meu corpo é capaz de captar a música e trazê-la até a mim, assim como é capaz do processo inverso, ou seja, de levá-la até outros corpos” (2012, p. 90).

Podemos concluir que todo ser humano é dotado em sua essência pela sua corporeidade, como forma de pertencimento e reconhecimento do mundo a sua volta, em uma união intrínseca

de corpo e mente, pois não somos seres dualísticos na oposição de corpo e mente, mas sim seres integrais em sua conformação biopsicossocial. Deste modo a corporeidade está inserida em todas as facetas humanas, desde a composição biológica, em sua singularidade e individualidade, que se contrasta concomitantemente com as facetas de aquisições sociais das normas e condutas de convivência.

Nesta acepção as PcDs, assim como os demais sujeitos sociais, trazem em seus corpos biopsicossociais, a necessidade de reconhecimento e pertencimento ao mundo. Pertencer ao mundo das aventuras traz sentidos únicos aos sujeitos em sua prática, e este fator é de suma importância para as PcDs, no reconhecimento das potencialidades do próprio corpo, na interação e integração de novas vivências com o meio ambiente e social em que vivem, atuando de forma positiva na criação e manutenção do seu bem estar biopsicossocial. Garantir estas possibilidades de vivências de Esportes de Aventura para as PcDs, para além de um dever social, se configura como a própria práxis da cidadania.

3. OBSERVANDO UM “BELO HORIZONTE” AO PÔR DO SOL (CONCLUSÃO)

Podemos observar que temos sim um “um *Belo Horizonte* para a corporeidade de aventura para as PcDs na capital mineira e região metropolitana”, no sentido da existência de muitas potencialidades e de um vasto horizonte a ser explorado e aprimorado com relação às adaptações necessárias a melhoria do convívio e bem estar social das PcDs. Considerando que as adaptações físicas/equipamentos, e/ou adaptações procedimentais que possibilitam a prática dos esportes de aventura pelas PcDs, não necessariamente significam, por exemplo, a obrigação de se ter trilhas ecológicas cimentadas, com corrimão e piso tátil direcional para dar acesso as PcDs, e que este tipo de intervenção além impactar negativamente o meio ambiente, poderia descaracterizar a prática dos esportes de aventura em ambientes naturais, devemos propor novos olhares e propostas.

Conforme demonstrado ao longo deste trabalho, algumas adaptações simples como a alteração na técnica de execução; o auxílio de algum equipamento de suporte, como, por exemplo, um bastão de apoio para caminhada; ou mesmo o auxílio dos instrutores durante a execução, podem atender satisfatoriamente as PcDs para a prática dos esportes de aventura. Obviamente as características da minha deficiência, me levam a uma perda funcional de limitação e mobilidade reduzida, e, portanto, esta avaliação não poderá ser generalista a todos os tipos e níveis de deficiência apresentados.

Pelos resultados e observações efetuadas, proponho de modo salutar a ampliação das adaptações necessárias que possibilitem a execução dos esportes de aventura pelas PcDs, que este desenvolvimento perpassa pelos seguintes meios:

- ✓ **Desenvolvimento Educacional**, desde a educação básica até o ensino superior, voltado à conscientização social de reconhecimento destes sujeitos PcDs em nossa sociedade, assim como pela formação e qualificação continuada dos profissionais da área;
- ✓ **Desenvolvimento de políticas públicas efetivas**, visando a ampliação da acessibilidade e inclusão das PcDs em todos os segmentos sociais;
- ✓ **Desenvolvimento tecnológico**, com pesquisas voltadas ao surgimento de novos equipamentos e instrumentos de acessibilidade, como cadeiras de rodas *off road*,

elevadores adaptados para as plataformas de rapel e tirolesa, exoesqueletos para movimentação nas trilhas e transporte de carga pelas PcDs, dentre outras infinitas possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico;

- ✓ **Desenvolvimento do mercado de esportes de aventura**, com investimentos na área para continua qualificação profissional de instrutores e aquisição e pesquisa de novos equipamentos especializados.

Parafraseando Albert Einstein (1879 – 1955), a existência do impossível esta na capacidade de ação, dos sujeitos e da sociedade. Desse modo, para que possamos ampliar este leque de possibilidades de escolhas e de vivências aos esportes aventura pelas PcDs, necessitamos de um trabalho conjunto de todos segmentos da sociedade, com ações efetivas e congruentes ao pleno exercício da cidadania, onde todos os sujeitos possam conviver socialmente de modo inclusivo e integrativo, no pleno exercício da sua corporeidade, que neste trabalho é vista, de próprio cunho, como corporeidade de aventura.

REFERÊNCIAS

AURICCHIO, J. R. Formação dos profissionais da cidade de Socorro-SP em atividades de aventura no âmbito do lazer. **Licere**, Belo Horizonte v. 20, n. 1, p. 140-160, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1590>. Acesso: 10 jan. 2021.

BAZANINI, Roberto; *et al.* A estratégia de segmentação de mercado como vantagem competitiva: um estudo exploratório no setor de turismo "single" a partir da cidade de São Paulo. **Podium: Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 5, n. 1, p. 48-60 jan. / abr. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5504272.pdf> . Acesso: 10 jan. 2020.

BELO HORIZONTE, Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, Decreto nº 17.304, de 18 de março de 2020. Determina a suspensão temporária dos Alvarás de Localização e Funcionamento e autorizações emitidos para realização de atividades com potencial de aglomeração de pessoas para enfrentamento da Situação de Emergência Pública causada pelo agente Coronavírus – COVID-19. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1227069>.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, p. 20-28, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso: 25 out 2020.

BRASIL, Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm.

BRASIL, Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.

BRASIL, Turismo de Aventura: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília, 2010.

EDUCAIBGE, Conheça o Brasil – População. Pessoas com Deficiência. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso: 13 set. 2020.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Corporeidade e formação do profissional na área da saúde. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 93-102, mai. 2006. Disponível em: <http://www.rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/download/76/82>. Acesso: fev. 2021.

FONTOURA, Fabíola Chaves; CARDOSO, Maria Vera Lúcia Moreira Leitão. Associação das malformações congênitas com variáveis neonatais e maternas em unidades neonatais numa cidade do Nordeste Brasileiro. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 907-14, out/dez, 2014. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072014000400907&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso: 14 ago. 2020.

IBGE, Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro.2010, p.1 215. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Governança Metropolitana no Brasil. Rio de Janeiro, p. 01-88, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/redeipea/index.php?option=com_content&view=article&id=97:governanca-metropolitana&catid=89:projetos-de-pesquisa&Itemid=206.

MARINHO, Alcyane; TEIXEIRA, Fabiano Augusto. Atividades de aventura: reflexões sobre a produção científica brasileira. **Motriz**, vol.16, n.3, pp.536-548, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n3/a01v16n3.pdf>.

MEDEIROS, Tiago Nunes; BOSSLE, Cibele Biehl; BOSSLE, Fabiano. A produção do conhecimento sobre a educação física nos currículos dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Holos**, ano 35, v.5, p. 01-20, 2019. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/8367>.

MENDES, Bruna C.; PAULA, Nilma Morcerfde. A hospitalidade, o turismo e a inclusão social para cadeirantes. **Turismo em Análise**, v.19, n. 2, p. 01-15 ago. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14157>.

MENDES, M. T.; *et al.* Ser humano e natureza: o significado da caverna na pratica do caving e as suas contribuições para o bem-estar corporal. **Motricidade**, vol. 8, n. S2, p. 01-10, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2730/273023568049.pdf>.

MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Etimologia palavra “Aventura”. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/aventura> Acesso: 26 fev. 2021.

MINAS GERAIS, Governo do Estado de Minas Gerais - DECRETO N° 47.886, de 15 de março de 2020. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47886&comp=&ano=2020>.

MOTA, Ana Maria Guimarães da; *et al.* Turismo de aventura acessível. **Podium Sport, Leisure and Tourism Review** v.3, n.1. Jan/Jun. 2014 p. 61 73. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287353560_Turismo_de_Aventura_Acessivel.

NUNES, Ilza; SILVA, Isolda da; JÚNIOR, Alcidemar. **Uma revisão bibliográfica sobre esporte adaptado: benefícios, inclusão para deficientes físicos.** Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande – FCM.

OMS, Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) – Nova Iorque / EUA, 1946.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS / OMS. Disponível em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5147:acidentes-de-transito-folha-informativa&itemid=779.

PAIXÃO, Jairo Antônio da. **O instrutor de Esporte de Aventura no Brasil e os saberes necessários a sua atuação profissional.** Curitiba: CRV, 2012.

PAULA, Gabriely Steffany; *et al.* Revisão sistemática das estratégias metodológicas utilizadas para adaptação da prática de esportes de aventura e da natureza para pessoas com deficiência. **Licere** - Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 01-15 dez/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/26647/20368> .

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Esportes na natureza e atividades de aventura: uma terminologia aporética. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte [online]**, v. 35, n. 3, p. 687-700, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbce/v35n3/12.pdf>.

RIBEIRO, Ruth B.; LUCENA, Ricardo de F. Paulo Freire e Norbert Elias: possíveis aproximações na construção da Consciência dos indivíduos. **UEL**. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais14/arquivos/textos/Workshop/Trabalhos_Completos/Ruth_Ribeiro_e_Ricardo_Lucena.pdf.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA 5ªed., 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Anselmo de Athayde Costa e; *et al.* Esporte adaptado: abordagem sobre os fatores que influenciam a prática do esporte coletivo em cadeira de rodas. **Rev. bras. educ. fís. Esporte**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 01-09 out. / dec. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbefe/v27n4/aop_1013.pdf.

SILVA, Darlan Pacheco, *et al.* Atividade Física de Aventura na Natureza para Pessoas com Deficiência. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p.268-296, jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/13557/10755>.

SILVA, J. V. P.; *et al.* Acessibilidade as pessoas com deficiência física e visual no Parque Esportivo Itanhanga. **Motricidade**, vol.8, n.2, p. 249-258, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2730/273023568031.pdf>.

SOUSA, Dandara Queiroga de Oliveira; ARAÚJO, Allyson Carvalho de. As práticas corporais de aventura na Educação Física Escolar: o que o estado da arte nos diz. **Licere**, Belo Horizonte, v.19, n.2, p. 72-110 jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1236/874>.

TRINDADE, Maria Nazaré. A pessoa portadora de deficiência como turista. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Lisboa, n.01, v.01 p.73-80, 2004. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/10111/8383>.

UVINHA, Ricardo Ricci. **Juventude, lazer e esportes radicais**. Barueri/SP: Manole, 2001.

APÊNDICE I – Questionário de pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL – EEFFTO

Questionário de coleta de dados da pesquisa: “Corporeidade de aventura e pessoas com deficiência em Belo Horizonte e região metropolitana”

Discente Raimundo Fábio A. F. Chaves

Curso de Educação Física da EEFFTO / UFMG

Local de visita:

Público ou privado:

1- O local possui algum tipo de adaptações físicas/equipamentos, e/ou adaptações procedimentais para realização das atividade de esportes de aventura com Pessoas com Deficiência - PcDs? Quais?

2 - Você teria alguma sugestão ou comentário de melhoria nas adaptações do local para melhor atendimento às PcDs ?

Caso queira, fique a vontade para fazer algum comentário adicional, e se quiser enviar algumas fotos do local e das atividades desenvolvidas, será importante. Obrigado.

APÊNDICE II – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr.(a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “CORPOREIDADE DE AVENTURA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA”. Que tem por objetivo principal a verificação nos locais onde são realizados/praticados esportes de aventura, na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, da existência ou não, de adaptações e acessibilidade para as Pessoas com Deficiência – PcDs.

Para participar desta pesquisa o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará em todo momento da sua identidade com os mais altos padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Após a leitura deste termo de consentimento assim como de todos os esclarecimentos adicionais necessários, o **senhor(a) declara por escrito ou por meio verbal**, que esta inteiramente ciente e que a qualquer momento o senhor(a) poderá solicitar novas informações ou mesmo se declinar de participar desta pesquisa, se assim o desejar. “O(A) Sr(a) não terá qualquer tipo de despesa para participar da pesquisa e não receberá remuneração por sua participação”.

De acordo com a CNS 466/2012, é garantido o sigilo dos dados da pesquisa, porém os resultados da pesquisa serão utilizados em trabalhos científicos publicados ou apresentados oralmente em congressos e palestras sem revelar identidade do participante, especialmente aqueles vulneráveis (como crianças). Os dados obtidos durante a pesquisa são confidenciais e não serão usados para outros fins.

Maiores informações poderão ser obtidas em contato com o pesquisador responsável, ou no CEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG.